

As relações de dependência figurada nas personagens femininas de Fanny Price em *Mansfield Park* (1814) e *Helena* (1876)

The relationships of dependence figured in the female characters Fanny Price in Mansfield Park (1814) and Helena (1876)

Camila Cano Caporale
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
camilacanocaporale@estudante.ufscar.br
<https://orcid.org/0000-0001-6734-3938>

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a questão da dependência, considerando suas peculiaridades dentro do universo literário Austeniano e Machadiano. Por meio da análise das personagens romanescas Fanny Price (*Mansfield Park*) e Helena (*Helena*), pretendemos demonstrar como cada uma das protagonistas reflete não só uma perspectiva individual, mas também a vigência de mecanismos sociais, os quais interferem de modo decisivo na construção de suas narrativas ficcionais, assim como no desfecho de cada uma das personagens protagonistas acima mencionadas.

Palavras-Chave: Jane Austen; Machado de Assis; *Mansfield Park*; *Helena*.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the issue of dependence, considering its peculiarities within the Austenian and Machadian literary universe. Through the analysis of the novel characters Fanny Price (*Mansfield Park*) and Helena (*Helena*), we intend to demonstrate how each of the protagonists reflects not only an individual perspective, but also the validity of social mechanisms, which interfere decisively in the construction of their fictional narratives, as well as in the outcome of each of the protagonist characters mentioned above.

Keywords: Jane Austen; Machado de Assis; *Mansfield Park*; *Helena*.

INTRODUÇÃO – JANE AUSTEN E MACHADO DE ASSIS¹

A escolha dos romancistas pode parecer, a priori, uma manobra um tanto arriscada de ser feita, na medida em que, conforme aponta Sandra G.T. Vasconcelos em *O gume da ironia em Machado de Assis e Jane Austen* (2014, p. 145-146, grifo nosso), “[...] não existem evidências de que o autor brasileiro tenha tido qualquer contato com a obra da romancista inglesa ainda que todos os seus romances estivessem disponíveis no acervo da intitulada *Rio de Janeiro British Subscription library*” e que, ainda como cita a pesquisadora, ali constaria a versão portuguesa de 1847 do seu último romance escrito, *Persuasão*, o qual circulava tanto na corte, quanto em gabinetes de leitura da cidade carioca. Ainda com Vasconcelos:

Improvável, pelas incontestáveis diferenças entre eles, a afinidade é ali sugerida graças ao recurso, por parte de ambos, à ironia como instrumento poderoso que os narradores mobilizam para produzir uma crítica mordaz e expor as falhas que observam na ordem social revelando assim o funcionamento das engrenagens que regulam a vida em sociedade (Vasconcelos, 2014, p. 146).

Reconhecendo as singularidades e dificuldades acima mencionadas, tencionamos realizar uma análise cujo potencial será o de desnudar as diferentes maneiras de lidar com a questão de “ordem social”, a qual, de modo simplista, estamos intitulando como o lugar do dependente nos textos literários. A escolha dos romances não é arbitrária, pois cabe a ambos a perspectiva de descrever a saga de suas heroínas pobres, acolhidas como agregadas nas famílias presentes em cada um desses enredos. Em linhas gerais, podemos salientar ser este o ponto de contato ao qual daremos destaque na medida em que cremos, tal como expressa Roberto Schwarz e Antônio Candido, ser o fator social no trabalho literário algo interno, ligado à composição textual. Nesse sentido, é para nós fundamental a consideração desses pormenores, a fim de se construir uma análise literária dialética.²

¹ Autora inglesa Jane Austen, (1775-1817), filha de um clérigo anglicano, pequeno proprietário de terras, tem *Mansfield Park* publicado após seu falecimento. Já o autor brasileiro, Joaquim Maria Machado de Assis, (1839-1908), nasce em condições humildes no bairro carioca do Livramento.

² A obra de Antônio Candido na qual pautamos nossa discussão acerca da crítica dialética é: *Literatura e sociedade*. O autor propõe que a forma escolhida por cada autor de literatura já refletiria o social, sendo, assim um aspecto intrínseco.

MANSFIELD PARK – A DEPENDÊNCIA E A PERSPECTIVA DA NOTORIEDADE INDIVIDUAL

Mansfield Park, escrito entre fevereiro de 1811 e junho de 1813,³ narra a história da jovem Fanny Price, que chega à propriedade Mansfield aos nove anos de idade.

A princípio, tal adoção acontece a fim de trazer algum conforto à personagem por uma de suas tias, Norris, cujo esposo, o então pastor dessa mesma propriedade, encontra-se à beira da morte. Sua tia, no entanto, recusará sua presença com a justificativa de que seus gastos com a enfermidade do esposo a impediriam de proporcionar o mesmo conforto à criança, o qual seria possível de ser oferecido pela irmã Lady Bertram e por seu cunhado aristocrata Sir Thomas. Notamos, logo de entrada, que Jane Austen demarca a noção de dependência da menina por meio do jogo entre o afeto e o capital monetário da família acolhedora e, no final das contas, Fanny não surge como um consolo, mas como uma despesa, ficando à mercê da bondade daqueles que podem financeiramente mantê-la. A priori, será sempre levada a se recordar de sua diferença de classe, especialmente quando comparada aos filhos de seus tios abastados. Pelo tio Sir Thomas, a menina é vista como “plano benéfico para todos[...] útil para Mrs. Price, excelentes, para nós mesmos” (Austen, 2009, p. 9), uma vez que sua presença tem características servis, sendo ela uma espécie de dama de companhia, exercia funções como a de leitora para sua esposa, ouvinte, entre outras, enquanto as filhas dele estavam sendo apresentadas à sociedade.

Não estaremos exagerando ao dizer que o primeiro ponto crucial em *Mansfield Park* é o fato de ser um dos textos Austenianos que mais colocará a questão do patriarcalismo nos moldes vigentes da aristocracia e da burguesia inglesa, ao tratar suas personagens como variações positivas ou negativas dos propagados modelos de conduta trazidos pelo período da chamada Regência (1795-1820) em território inglês.

Fanny, apesar de um início cujos aspectos apontam para um futuro degradante, será destacada na história romanesca como um indivíduo com esforços reconhecidos e recompensados dentro dos moldes paternalistas, com sua ascensão social. É preciso reconhecer que não haverá, na escrita Austeniana, a tentativa de burlar a posição da

³ Romance publicado por Thomas Egerton no ano de 1814.

mulher em sociedade, dando a ela um posto o qual não poderia obter (o que não a impedirá de construir personagens com graus de complexidade capazes de destacá-las como indivíduos funcionando em conjunto com as realidades sociais constituídas). De acordo com Nancy Armstrong, “O objetivo de Austen não é disputar o princípio hierárquico sublinhado à velha sociedade, mas redefinir riqueza e status como um dos vários códigos que devem ser lidos e avaliados em termos de uma maior fluidez na linguagem” (1987, p. 138, tradução nossa). Linguagem é o termo por nós compreendido como sendo as relações de poder ali vivenciadas.

Vejam os um trecho no qual a criança recém-chegada passa a sofrer com o isolamento por parte de suas primas, cuja impressão é a de estupidez. Diz o narrador: “Fanny sabia ler, bordar, escrever, mas não havia aprendido nada, além disso.” (Austen, 2009, p. 17). Vemos a garota pobre sendo colocada em total desvantagem, especialmente quando comparada às filhas de Sir Bertram, Julia e Maria, cuja educação vinha sendo conduzida dentro dos mais altos padrões de decoro e com desenvolvimento dos chamados “*female accomplishments*”. Tais ideais eram perseguidos, dia após dia, a fim de que cada uma das personagens aristocratas se tornasse esposa da mais elevada estirpe. Sabendo então dessa distância produzida por sua pouca instrução, a heroína Austeniana adotará uma postura fundamental, a de ser silenciosa e extremamente decorosa, passando assim a ter, por parte de alguns de seus familiares, a garantia de suas necessidades básicas, a fim de, em última instância, garantir também sua permanência na propriedade. Vasconcelos (2007, p. 133) relata, acerca do decoro das heroínas romanescoas: “Desse modo, a virtude, a moderação, a inocência, o decoro, o bom senso que exigiam das mulheres eram também as qualidades essenciais das heroínas [...]. Tanto na vida real como na ficção, elas devem ser pacientes, modestas, humildes e delicadas; [...]”

Sendo julgada pelo peso e pelas medidas da aristocracia inglesa, a pobre prima, filha de um marinheiro bêbado, será posta sempre em oposição à figura das primas e, inicialmente, conforme apontado no fragmento acima, tal disparidade se evidencia até o vigésimo segundo capítulo, quando a narrativa coloca sua tímida protagonista em segundo plano, até mais o momento em que a primogênita do casal Bertram contrai matrimônio conveniente com rico herdeiro de terras, Mr. Rushworth.

Logo nos primeiros capítulos do romance, a heroína irá se isolar dentro de um quarto, dirá o narrador, fora o ambiente onde suas primas haviam recebido os principais

ensinamentos com a tutora trazida pela família. Também saberemos que alguma tutoria será oferecida à menina na ocasião de sua chegada, contanto que a jovem não obtivesse tais instruções no mesmo patamar das Bertram, para que esta, desde muito cedo, soubesse reconhecer que, apesar de ali conviver, suas condições sociais seriam sempre inferiores. Tanto que o aposento apresenta estar fisicamente deteriorado e a condição para que esta o possua está atrelada ao desinteresse dos demais proprietários e ao fato de que a jovem não fizesse exigências capazes de agregar despesas à família, como, por exemplo, a manutenção da lareira acesa. Submissa, a protagonista aceita conviver com as imposições da tia cruel, mas, em contrapartida, o local será de fundamental importância, uma vez que será ali, em silêncio e sem a interferência dos demais habitantes, com exceção do primo Edmund, que ela alcançará sua maturidade intelectual, de conduta e emocional, a fim de chegar a ser moradora definitiva de Mansfield, quando, ao final da trama, contrai matrimônio com o primo aqui mencionado. Vejamos um fragmento:

O quarto estava sem utilidade, e por algum tempo permaneceu vazio, exceto quando Fanny visitava as suas plantas ou desejava um dos livros, que ela lá conservava com satisfação, considerando-se a deficiência de espaço e acomodação do seu pequeno cômodo [...] (Austen, 2009, p. 101-102).

A personagem terá como uma espécie de primeiro tutor o clérigo Edmund Bertram, com quem conta para garantir seus passos iniciais nessa empreitada. Envoltas pelo cristianismo protestante, a jovem aprendiz terá assegurada a proteção necessária, além do entendimento religioso propiciado por ele, o qual contribuirá para que ela se mantenha em atitude resiliente perante as afrontas durante a narrativa. De acordo com Marilyn Butler (1987, p. 242, aspas do autor, tradução nossa), “Religião no romance em partes significa meditação interior,⁴ a consciência de nossos próprios fracassos e a busca por aperfeiçoamento [...] agora é verdade que o cristianismo de *Mansfield Park* também exige que o indivíduo adote um papel de utilidade social dentro de um quadro social ordenado.” Tal conduta, no entanto, não nasce de reprodução pura, ou mecânica, desses preceitos adquiridos. Teremos em Fanny uma heroína cuja sensibilidade, perante as ações e posturas adotadas, aponta para a busca pelo aprendizado que não se limita aos saberes postulados nos manuais de conduta (religiosa), mas por um saber regado também a outros gêneros literários, o que a prepara para uma capacidade de compreensão do mundo ao seu

⁴ A meditação em Fanny é acessada na narrativa por meio do uso do discurso indireto livre.

redor superior à de seus primos. A sala de estudos, metaforicamente, parece simbolizar esse lugar de iluminação (intelectual e pessoal) para Fanny, espaço que já não desperta interesse aos demais habitantes da casa. Ainda com privações de segunda ordem, esse espaço passa a ser seu; a ela não interessa saber se ali a deixam passar despercebida, afinal o decoro ultrapassado dos Bertram se restringirá ao que o primo lhe ensinou, sendo necessário buscar em fontes renovadas, como as trazidas pela leitura de romances e os demais gêneros literários, como teatro e poesia. Quem nos auxilia na compreensão do ponto tratado, por meio da postura de Fanny, é Byrne quando afirma que “A relação de Austen junto à tradição dos livros de conduta era complexa e ambivalente [...]”. O paradoxo chave, é a distinção entre teoria e prática: Jane Austen valoriza boas *maneiras em ação* [...]” (Byrne, 2010, p. 298, tradução e grifos nossos).

Fanny terá a oportunidade de ser percebida a partir da encenação da peça teatral *Lovers Vows* (1798),⁵ na qual seu comportamento decoroso, combinado a seus conhecimentos adquiridos individualmente, serão ponto chave para que ela consiga atrair por duas vezes oportunidades de ascensão social – o possível casamento com o rico burguês Henry Crawford e o também enlace matrimonial com Edmund Bertram. Porém, antes de darmos detalhes acerca desses dois momentos, é necessário discutirmos algumas noções trazidas pela ocasião da encenação preparada entre os Bertram e os Crawfords, em *Mansfield Park*. Dentro do contexto do romance, segundo propomos, a representação terá algumas funções simbólicas. A primeira delas será a de demonstrar um paralelo entre o decoro de Fanny e a falta dele por parte de suas primas Julia e Maria, as quais, se deixando levar pela sedução de Mr. Crawford, serão fonte de pura decepção ao rigoroso pai que, até esse momento, enxergava-as como sendo as únicas opções de “conchavos” com partes equivalentes em termos de classe social. A peça dentro de um contexto mais amplo é a demonstração simbólica da supremacia do mundo burguês sobre essa aristocracia, cujo fim seria o de se deixar levar por essas novas relações de poder. Nesse sentido, Fanny teria de ser analisada como uma “ousadia, formal”⁶ por parte da autora

⁵ Peça escrita pelo alemão August Von Kotzabue (1761-1819), adaptada por Elizabeth Inchbald (1753-1823), narra a história de Agatha, jovem que acaba sendo abandonada por um aristocrata que não cumpre seus votos de amor. Com temas ligados à sexualidade e traição.

⁶ Aquilo que denominamos como uma ousadia formal está ligada, em última instância, ao fato de que a personagem, simbolicamente, representa as contradições sociais por meio de seu comportamento, pois, se

inglesa, ao dar forças à heroína, dotando-a de uma intelectualidade perspicaz, uma vez que, por meio da personagem central, teríamos um avanço. Esse avanço pode ser detectado quando atentamos não apenas para o conteúdo da obra, mas para a postura intelectual da jovem, que é a única que se rebela e se recusa terminantemente a participar dessa sedução. Leiamos um fragmento: “A primeira coisa que Fanny fez, assim que ficou sozinha, foi pegar o livro[...]”, [...] “começou a ler avidamente o texto e a leitura só era interrompida por intervalos de espanto, quando pensava que aquela era a peça escolhida e, sobretudo, porque seria encenada em casa!” (Austen, 2009, p. 93).

Pela sua observação durante os ensaios da peça e pelo apoio irrestrito por parte de Mr. Crawford desde a escolha do conteúdo a ser representado, a protagonista não terá dúvidas ao recusar o pedido de noivado feito por ele poucas semanas após esse incidente. Parte da recusa nasce por questões relacionadas ao decoro, contudo, essa recusa estará atrelada também às escolhas intelectuais percebidas aqui, por suas escolhas de leitura e seus modos interpretativos de um texto lido. Na ocasião relatada, Mr. Crawford faz a leitura em voz alta do teatro shakespeariano *Henrique VIII* (1623). A nós é dada a informação, por meio da conversa entre o rapaz leitor e Edmund que, apesar de toda sua destreza ao realizar a leitura, seu conhecimento acerca da referida peça é apenas superficial, na medida em que o burguês assistiu a ela em uma única oportunidade. A narrativa nos demonstra claramente que o jovem se utiliza da aproximação entre a leitura e Fanny apenas como mais um dos seus artifícios de sedução, tal como já o havia feito anteriormente com as irmãs de Edmund e Fanny. Ao compreender ser essa uma manobra, recusa-se a admirá-lo, ainda que a leitura, de modo geral, seja-lhe um dos atributos mais atraentes.

Nesse ponto da narrativa, todos os membros da família Bertram, com exceção das irmãs, distantes de *Mansfield Park*, criam expectativas acerca de um possível enlace entre a heroína e o jovem Crawford. Ela se torna o centro das atenções da família, sendo enfim apresentada à sociedade, por meio de um pomposo baile oferecido pelos tios aristocratas em sua homenagem. O jogo de interesses volta à cena, agora não por intermédio das filhas, mas por uma possível e vantajosa associação comercial a ser garantida por esse conchavo. Sendo sobrinho de um almirante reconhecidamente de posses e contatos, Sir

por um lado ela representa a aplicação perfeita do decoro nos moldes aristocratas, ela também representa a valorização iluminista acerca da noção de intelectualidade propagada pelos ideais burgueses.

Bertram enxerga ali uma oportunidade dentro da perspectiva de livre comércio. Uma história de amor que, a priori, nada nos diria acerca das contradições e noções históricas de uma época, passa, à segunda vista, a tornar-se profundamente reveladora da sociedade inglesa simbolizada literariamente no romance Austeniano.

Ainda é preciso que trabalhemos um último ponto em *Mansfield Park*: o fato de que tal enlace não se concretiza, como seria da vontade dos demais parentes da protagonista, mas dá lugar ao enlace entre primos, cuja sentimentalidade só era palpável por parte de Fanny. Em nossa análise, observamos alguns pontos determinantes: o primeiro deles vem atrelado à noção de decoro. Sir Bertram e Edmund eram extremamente ligados a essa rigorosa perspectiva, a qual, no fim do romance, somente a heroína fora capaz de sustentar – “sua superioridade espiritual” (Austen, 2009, p. 301) e sua “bondade caridosa” (Austen, 2009, p. 302). No entanto, essa é apenas uma ideia simplista a respeito do enlace; outros são os fatores mais significativos, como o fato de que existe entre Fanny e seu primeiro mentor, Edmund, uma compatibilidade intelectual e de valores que envolvem questões de conduta, já tratadas aqui. Existe também a simbólica abertura para o mundo burguês e sua supremacia perante os aristocratas, sendo a protagonista representante desse primeiro grupo. Talvez possamos interpretar tal aceitação como a continuação da possibilidade dada pela figura de Mr. Crawford como uma “troca”, uma vez que a “crescente fama” (Austen, 2009, p. 303) do irmão biológico de Fanny no meio marítimo era evidenciada, podendo ser tão vantajosa quanto aquela anteriormente repudiada pela jovem sobrinha, encarando-a como sendo uma “grande aquisição, ao recebê-la como filha” (Austen, 2009, p. 302). Em contrapartida, não deixa de reconhecê-la por sua inteligência e decoro, na medida em que nem mesmo uma vida experimentada dotou Sir Bertram da capacidade de reconhecer as falhas de comportamento das próprias filhas e dos Crawfords (a quem, a essa altura da trama, já havia vislumbrado a fuga com uma de suas filhas), pois, segundo ele, estava farto de uniões ambiciosas e mercenárias (Austen, 2009, p. 302). Fato um tanto contraditório ao analisarmos os possíveis enlaces da protagonista dentro da perspectiva dialética, uma vez que, mesmo casada com seu segundo herdeiro, as possibilidades comerciais permaneceriam inalteradas, graças à conexão dela com William.

Devemos ainda acrescentar que, após a sua volta da casa dos pais biológicos, Edmund passa a encará-la como a mulher ideal, cuja mente “era brilhante” (Austen, 2009,

p. 128), cabendo ao casal a simbologia de que as uniões, para Austen, devem ocorrer na medida em que, além das garantias de cumprimento de decoro e necessidades ligadas ao meio econômico, poderia haver ao menos o respeito pela criação de laços que consideram as qualidades pessoais, a capacidade intelectual que cada indivíduo possui, ainda quando cercado de regras e limites relacionados ao fato de ser mulher. Com divergências mínimas de caráter, postura pessoal, cria-se entre ambas as personagens uma relação em que a questão intelectual também contou como ponto de contato para que tal união se concretizasse. Importante observar que essa união foi sendo construída pouco a pouco – inicialmente sendo ele o tutor e, posteriormente, ela assume papel semelhante quando passa a aconselhá-lo e a alertá-lo em relação a questões ligadas aos irmãos Crawford.

HELENA – A DEPENDÊNCIA E A PERSPECTIVA DE SUSCETIBILIDADE

Helena (1876), romance machadiano publicado em folhetim e logo na sequência como livro em *O Globo*, trata da história da personagem homônima, cuja característica marcante será a dependência – sendo esta, conforme nosso ponto de vista, demarcada por uma extrema suscetibilidade – a qual, ao contrário do que foi retratado na discussão anteriormente apresentada, não terá como se desvencilhar, nem mesmo de modo hipotético. Todavia, antes de iniciarmos uma análise acerca da problemática que será abordada, situamos o leitor, localizando historicamente o trabalho machadiano.

Helena não é apenas o registro de certa estrutura de dominação: Machado escreveu o romance em 1876, evocando as práticas sociais e o “clima” vigentes na década de 1850. Ou seja, é preciso ler *Helena* em suas duas historicidades: a da narrativa — anos 1850 — e a do autor — 1876 —, e considerar que houve, no interregno, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei de 28 de setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre. Escrito na perspectiva de quem presenciara a emergência da crise nas formas tradicionais de domínio, *Helena* se torna também uma revelação, às vezes sutil, outras vezes aberta e até informada pelo propósito da denúncia, dos antagonismos e da violência inerentes às relações sociais vigentes durante “o tempo saquarema”.

Acerca do enredo, temos em *Helena* a narrativa que gira em torno de uma abastada família do Andaraí, cujo pontapé inicial se dá com o falecimento do patriarca, o conselheiro Vale. O núcleo familiar será composto ainda de um filho, o matemático Estácio e sua tia Dona Úrsula. Ambos receberão, por meio da abertura de um testamento, a notícia de que o conselheiro reconheceu uma filha, fruto de uma suposta relação extraconjugal, a qual, por sua ordenança testamentária deve ser acolhida “[...] como se de seu matrimônio fosse” (Assis, 1994, p.6).

A noção da personagem associada à dependência, a qual estamos tomando como referencial para de elaborar a análise do perfil da protagonista – considerada o elo mais frágil da trama romanesca simbolicamente apresentada nesse texto machadiano – vem do pesquisador Schwarz (2008, p.140), que afirma:

No conjunto, os romances da primeira fase exploram os dilemas do homem livre e pobre numa sociedade escravista, onde os bens têm forma mercantil, os senhores aspiram à civilização contemporânea, a ideologia é romântico-liberal, mas o mercado de trabalho não passa ainda de uma hipótese no horizonte. Se não há como escapar às relações de dependência e favor, ainda conhecendo o seu anacronismo histórico, existiria algum modo de lhes evitar o efeito humilhante e destrutivo?

O pesquisador prossegue no mesmo assunto, quando explicita em *Ao vencedor as batatas* (2007, p. 132) o seguinte raciocínio:

[...] de um lado, a área que tendia a ordenar-se conforme ligações de interesses, de outro, os setores articulados por via de associações morais. A presença destes princípios opostos de organização das relações sociais permitiu que fosse levada ao extremo a assimetria do poder, nada limitando a arbitrariedade do mais forte e reforçando a submissão do mais fraco.

Filha bastarda, a jovem, com dezesseis anos de idade, contará com o veredito dos ricos parentes, a fim de adentrar no meio destes. Estácio, com a morte do pai, recebe plenos poderes, que não se restringem ao fator econômico, mas representam a ideia de que ele carrega consigo o prestígio de um nome, e a jovem depende do seu desejo em tê-la ali. Estácio reproduz sem conflitos a vontade soberana do patriarca, porém Helena não deixa de encontrar resistência nos demais participantes do convívio na propriedade familiar. A suprema vontade do finado atinge até mesmo Dona Úrsula, cuja oposição se dá por uma visada moralista, ao colocar a situação em termos: “[...] Helena seria filha de um encontro fortuito, ou nasceria de algum afeto irregular embora, mais verdadeiro e único?” (Assis, 1994, p. 6). Schwarz explica o ponto moralista que levantamos aqui do

seguinte modo: “Machado se filiava à estreiteza apologética da reação europeia, de fundo católico, e insistia na *santidade das famílias* [...]” (Schwarz, 2007, p. 83). A narrativa gira em torno do núcleo familiar, ligado a um paternalismo conservador e conformista, cujo fim último, de acordo com o pesquisador, está relacionado à dignidade da pessoa. Há que se considerar tal afirmação, contudo desejamos tratar a questão conformista considerando também questões ideológicas e sociais ali representadas. Dr. Camargo, amigo do clã, é quem focaliza a questão do reconhecimento filial em termos monetários: “Aconteceu o que eu previa, um erro, disse ele. Não houve lacuna, mas excesso. O reconhecimento dessa filha é um excesso de ternura, muito bonito, mas pouco prático. Um legado era suficiente; nada mais” (Assis, 1994, p. 7). O reconhecimento não teria apenas implicações morais, mas também econômicas, na medida em que atingiria de modo direto os interesses de terceiros, como é o caso da filha de Camargo, com quem Estácio virá a se relacionar. Isso posto, podemos concluir que, a fim de que possa se manter “viva” no contexto no qual será inserida, a jovem precisará equilibrar sua postura dentro dessas duas forças.

Voltemo-nos agora à heroína em questão. Iniciamos destacando a noção de que, para a jovem, a paternidade e o possível reconhecimento nascem de uma mentira, na medida em que existe a consciência por parte da protagonista de que ela, na verdade, não possui laços sanguíneos com o abastado protetor, a quem recebeu como pai, o que torna sua situação de dependente ainda mais vulnerável. Sendo já órfã de mãe, e tendo um pai biológico, Salvador, cuja condição financeira e social beira a penúria e a miséria, Helena parte para um jogo, o qual, a nosso ver, liga-se aos demais pela manipulação entre a sedução – que pode ser contemplada desde seus aspectos físicos até suas habilidades como os cuidados com enfermos – e a submissão imposta socialmente, também nos níveis mais profundos. Assim é descrita a personagem: “Não exigiria a arte maior correção e harmonia de feições, e a sociedade bem podia contentar-se com a polidez de maneiras e a gravidade do aspecto” (Assis, 1994, p. 12).

Ao contrário do que ocorre com a protagonista do romance inglês por nós anteriormente analisada – cujo apagamento e silêncio eram evidentes – nesse romance, a recém-acolhida precisa a todo instante se fazer presente e ser lembrada pelos que a mantêm, sendo a conquista do afeto familiar uma necessidade imediata e não o último dos degraus alcançados como no primeiro romance.

Além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. Não nos referimos à magnífica voz de contralto, nem à correção com que sabia usar dela, porque ainda então, estando fresca a memória do conselheiro, não tivera ocasião de fazer-se ouvir. Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis. Conversava com graça e lia admiravelmente. Mediante os seus recursos, e muita paciência, arte e resignação, — não humilde, mas digna, — conseguia polir o áspero, atrair os indiferentes e domar os hostis (Assis, 1994, p. 16).

Os aspectos de sedução de Helena, apesar de num primeiro momento parecerem estar relacionados às suas habilidades femininas, na verdade funcionam mais como um aparato⁷ de dominação aos considerados hostis à sua presença, uma espécie de adorno, dentro da narrativa machadiana. Ao ter reconhecidas tais habilidades, percebemos que elas servem para, inicialmente, não depreciar ainda mais o fato de ser uma parte ilegítima dos Vale e para alcançar a quem não havia convencido dentro da perspectiva de dignidade a essa altura. Talvez não seja forçado dizer, como afirmou Schwarz (2007, p. 11-12) que, ao demonstrar ser o Brasil um país cujas ideias europeias, quando aqui “colocadas”, caminham fora do lugar – podendo ser essa também uma espécie de simbologia, uma vez que, ao dotar Helena como sendo uma jovem repleta de préstimos, os quais em nossa sociedade escravocrata não dava lugar de vazão e que, portanto, tais possibilidades de exercer conhecimentos eram reduzidas a quase zero – chegando, também, a parecer um deslocamento estético (caricato). Ter uma exímia pianista e uma falante fluente de línguas (aos moldes das heroínas dos romances franceses e por que não dizer ingleses, conforme objetivamos destacar dentro do romance Austeniano), no Andaraí, em certa medida nos faz refletir acerca de um possível recorte desse modelo europeu de conduta feminina, cuja funcionalidade real em nosso contexto social beira o estranhamento, transformando tais características em uma imagem idealizada da figura feminina.

⁷ Situação semelhante é vista no capítulo sexto no qual ocorre um diálogo em torno da leitura de romances por parte da jovem. Os romances ali referidos, Paulo e Virginia (1788), do escritor francês Bernardin de Saint-Pierre e Manon Lescault (1730), do escritor Antoine-François Prévost, aparecem na obra machadiana como um adorno, uma vez que Helena faz uso delas a fim de atingir o objetivo de demonstrar seu desejo de realizar um passeio a cavalo, sendo que para isso precisa trafegar por diversos assuntos, incluindo a geometria. Novamente, ficamos sem saber o quanto cada uma dessas obras, ao serem apenas pinceladas, poderiam demonstrar o real conhecimento da protagonista machadiana, que também, nessa ocasião, vê-se tentando esquivar-se de uma possível desaprovação da escolha da leitura na medida em que ela mesma descreve uma delas como inadequada para solteiras.

Todavia, a fim de que consigamos compreender de que modo as faces de Helena vão sendo construídas, precisamos colocar a questão a partir de seus primórdios. Um primeiro passo pode ser dado, a partir do que expressa o teórico Sidney Chalhoub:

A chave de *Helena*, o romance, é a ambivalência de Helena, a personagem: ela está no interior da ideologia senhorial porque possui gratidão e porque conhece e manipula bem os símbolos e valores que constituem e expressam tal ideologia; ela está fora das relações paternalistas devido ao fato de que consegue relativizá-las, e logo percebê-las claramente enquanto poder e, no limite, força ou imposição (Chalhoub, 2003, p. 28).

Socialmente, a problemática familiar da jovem se inicia antes mesmo de sua chegada à residência de Estácio. A contradição entre o amor de sua mãe Ângela e Salvador já aponta ser um primeiro passo nesse processo de dependência e, posteriormente, a escolha da personagem Ângela para o primeiro cônjuge, em prol de garantir uma condição mais favorável de vida a ela e à filha. Salvador, o pai biológico da protagonista, cujos rendimentos seriam provenientes de trabalhos diversos e de baixa renda, é obrigado a partir repentinamente, deixando-as solitárias, a fim de atender ao chamado de sua parentela. A mãe, percebendo o caráter de miséria em que ficariam na ausência do esposo, rompe com seus impulsos românticos e acaba se envolvendo justamente com o conselheiro a quem narra uma história na qual se passa por viúva. Vemos nascer o jogo de interesses do dependente e seu protetor, sendo essa uma escolha de fundo certamente econômico, já que a mulher está em busca de subsistência. Essa busca por proteção garante a ambas a sobrevivência necessária e, tão logo Helena cresce, é encaminhada a um colégio interno, onde passa a viver até sua ida ao Andaraí. Os mecanismos de proteção ali encontrados fazem com que a menina precise sempre se articular entre o amor a seu pai – com quem mantém contato por meio de cartas – e seu protetor “caridoso”, o pai de Estácio.

A condição de subalternidade vem demarcada até mesmo em relação à possibilidade ou não de se ter algum acesso à educação. Como seria o conselheiro seu provedor, ele teria em suas mãos as escolhas de como tudo seria conduzido. Quem nos ajuda a reforçar tal argumentação é Emília V. da Costa, ao constatar a situação da mulher, afirmando o seguinte:

A condição social em que vivia a mulher: de submissão nas classes médias e de miséria nas camadas mais populares, a carência de leis protetoras da

maternidade, o fato de viver a mulher cercada de proibição legal ou convencional do acesso a determinadas carreiras (Costa, 1963, p. 42).

Sendo a pessoa desprovida de recursos monetários e não havendo possibilidade de manutenção por trabalho assalariado, o dependente passa a criar vínculos com os que lhe tragam as provisões. Ao conviver com Estácio, o que percebemos é apenas a transferência de poderes entre os Vale, quando o assunto é a manutenção em sociedade de pessoas dependentes como Helena. Contudo, esse contexto de subalternidade não se reduz à figura feminina, como muitos podem vir a pensar. Outro personagem, Mendonça, também sobrevive graças aos recursos de uma abastada parenta, passando, com seu auxílio financeiro, um período em terras europeias.

Voltemo-nos agora, mais precisamente, à análise da relação que é construída entre os moradores do Andaraí. Começamos com algumas peculiaridades ligadas à dona Úrsula. Conforme aponta o texto, a sua presença é considerada uma intromissão, na medida em que, para a velha tia, os ideais religiosos pairam como medidas de julgamento da senhora. Vejamos um dos momentos em que tal rejeição e a necessidade de submissão ficam mais explícitas:

— Oh! ainda não é minha tia! interrompeu Helena. Há de sê-lo quando me conhecer de todo. Por enquanto somos estranhas uma à outra; mas nenhuma de nós é má.

Estas palavras foram ditas em tom de graciosa submissão. A voz com que ela as proferiu, era clara, doce, melodiosa; melhor do que isso, tinha um misterioso encanto, a que a própria D Úrsula não pôde resistir (Assis, 1994, p. 13).

Essa é a ocasião em que a jovem, ansiando conhecer a propriedade, busca conquistar o interesse de um dos detentores de poder, contudo tal comportamento expressa a plena consciência da heroína do seu lugar dentro do esquema senhorial. Ela reconhece que, por ser dependente, precisa criar oportunidades para que sua “vontade” seja semelhante e articulada e assim receber do senhor o aval para as tomadas de atitude. Ser dependente simboliza quase que imediatamente viver da boa vontade daquele de quem se depende. A garota procura garantir esse sucesso, a partir da observação dos hábitos de todos da casa, para com isso poder chegar ao objetivo final. No caso desse trecho, vendo a primeira recusa da senhora em acompanhá-la, Helena reconhece a necessidade de atrair sua atenção de outra maneira, permanecendo ao seu dispor, a fim de ser para a tia a leitora do texto que vinha sendo silenciosamente lido até aquele instante. A pronta recusa à sua atitude servil, por parte da tia, faz com que a jovem demonstre em

sua fala com Estácio a noção de que existe a necessidade de conquistar a confiança daquela a quem havia oferecido seus préstimos.

No entanto, podemos ainda interpretar a questão da recusa ao oferecimento da leitura em um nível mais simbólico na medida em que, ao fazê-lo, a jovem imprimiria a ótica do subordinado ao emprestar seu tom e seu modo de entregar essa leitura à tia. Percebemos que dona Úrsula julga ter atrelado aos seus olhos e não aos seus ouvidos a capacidade de leitora, permitindo-nos crer que a maneira interpretativa da senhora ainda seja mais fortalecida quando comparada com a sua capacidade de ouvir os distintos de sua realidade. A ótica aqui representa justamente a supremacia de toda a ideologia senhorial; a voz de Helena somente é ouvida e aceita quando e se estiver em estágio de graciosa submissão. Caso a leitura fosse efetuada por Helena, haveria simbolicamente a colocação da postura do agregado no centro da lógica; o que ocorre, no entanto, é justamente o oposto, garantindo assim a manutenção da visão senhorial, sendo este alguém incapaz de visualizar o mundo a partir de uma outra “leitura”, ou seja, a realidade de outra camada social, de compreender e estabelecer uma realidade fora do círculo da dependência para os agregados o (a) senhor(a), acostumado(a) a entender todos os acontecimentos a partir de seu ponto de vista, sendo esta inclusive legitimada pelo esquema da sociedade. O romance de Machado, portanto, estabelece tais relações de modo conformista, atrelando, de acordo com Schwarz, a bondade e a maldade entre os personagens mencionados, o que, ainda de acordo com tal pesquisador, serve como uma máscara de disfarce contra as reais noções de exploração, desigualdade e opressão. Leiamos:

Assim, veremos que literariamente a ambiência católica faz ressaltar no paternalismo os aspectos que, segundo Machado, ela deveria coibir: a opressão, o desrespeito, a venalidade, a desconfiança, a permanente disposição à violência etc. Do ponto de vista da secularização [...] (Schwarz, 2007, p. 119).

A aceitação e bondosa recepção de Estácio não representa menos do que já estamos argumentando, uma vez que tais atitudes só são reproduzidas até que seus interesses não fossem afetados. Escolhemos como fonte de análise outro momento, a suposta tentativa de enlace matrimonial entre o amigo Mendonça e a heroína. A essa altura da narrativa, vemos a jovem sendo pressionada por Dr. Camargo, cujo plano é o de ter sua única filha casada com Estácio. Porém, com a recusa do rapaz em promover rapidamente tal matrimônio, o médico, sob a pena de revelar não ser ela filha do

conselheiro, exige que esta crie mecanismos a fim de convencer o irmão justamente do contrário. Uma das medidas por ela tomadas é a de se deixar envolver amorosamente com Mendonça. A aliança entre os dois dependentes não será encarada com bons olhos pelo apaixonado irmão. Ao leitor, tal repulsa parece estar atrelada somente ao fato de existir, por parte do rapaz, uma paixão incestuosa; todavia, as camadas mais profundas do texto machadiano revelarão que tal impedimento parte também da perspectiva ideológica, uma vez que, em diálogo com o amigo, o rico jovem irá demonstrar claramente que há um fator monetário. Assim como sua própria vontade de senhor, o qual se impõe sobre todas as demais, vemos que Estácio inicia sua conversa com o padre ditando motivos frágeis para tal impedimento e na medida em que percebe a presença do possível noivo, usa do discurso implacável contra “seu crédito”, fazendo com que haja assim um recuo da parte do colega. Coagido, Mendonça pouco argumenta em seu favor e, resignado, parece aceitar essa imposição daquele cujo poder é a medida do sistema paternalista brasileiro do século XIX, a qual estamos justificando ao longo da nossa análise literária “Minha opinião é que Helena está ainda muito menina. Mas não é só essa, nem é a principal; o voto, em todo caso, é a favor do casamento. A principal razão é o teu próprio crédito” (Assis, 1994, p. 91).

A própria Helena consegue perceber que o motivo para tal impedimento está atrelado à possível herança da família, ao sugerir então “abrir mão” em nome desse casamento digno o qual ela poderia obter. Afirma a protagonista acerca de sua condição: “— Se ele insistir, vencê-lo-ei, ou por um modo ou por outro. Uma moça que quer ser noiva, vale por um exército; eu sou um exército: “—Muito bem! Contudo, sua dignidade[...]”

“[...]— Oh! em último caso abro mão da herança.” (Assis, 1994, p. 91).

Com isso, o segredo é revelado e nada mais se concretiza. A heroína cai adoecida em razão de ter tomado uma friagem acompanhada de chuva e o desfecho se dá com sua morte. Contudo, antes de discutirmos esse desfecho, devemos observar que a protagonista, embora se intitule como um exército, tenta a todo instante ser sua própria força protetora e enquanto procura meios de sobrevivência também precisa proteger a si mesma, evitando entrar em confronto direto com os interesses de seus “protetores” Sua posição na família Vale nunca deixará de ser solitária e frágil e, ainda que esteja ali no seio familiar, usufruindo de alguma dignidade, ninguém sairá em sua defesa quando tudo

já estiver esclarecido com o relato de seu pai Salvador. O que vemos é apenas uma curiosa tentativa de proteção vinda do escravo Vicente, que tão pouco pode fazer por si próprio, uma vez que está em posição de total descrédito por ser um escravo. A ligação entre os elos mais fracos da sociedade brasileira, aqui representados por esses dois personagens, reforçam o caráter de abandono da sociedade, sem qualquer possibilidade de ascensão social ou defesa para as referidas classes de Vicente e Helena.

Revelado o conflito acerca da paternidade, vemos o texto machadiano terminar com sua morte. Tal simbologia segue por duas vertentes: a primeira é a ideia de que, com sua morte, a personagem tem a oportunidade de manter minimamente sua dignidade como pessoa, preservada diante daqueles com quem, por um período, apresentou-se como parenta próxima. A segunda e talvez até mais profunda, que se encaixa com o raciocínio o qual temos buscado desenvolver, seria a de que sua morte traz à tona a perspectiva de que o dependente não possui nesse momento outra opção a não ser a de ser mantido por outrem. Helena morre, pois os constrangimentos do favor são insuportáveis e é preciso manter decoro religioso e tradição. Ao morrer Helena, morrem também as possíveis perspectivas ou ambições de que haja um lugar em sociedade para esse agregado – lugar diferente do que lhe cediam – do que vem sendo praticado como norma até então. Antiliberal é a visão de Machado, uma vez que a heroína não deixa Andaraí para viver por conta própria e também não observamos a concretização do amor impossível. A morte parece, em certa medida, ser a resposta possível para esses impasses que encobrem um ao outro, ditados pelo livro entre a busca pela santidade e dignidade da pessoa e a questão de subordinação do dependente, ali presentes, sem a existência de conflitos, com a pretensão de mudança entre as partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as diferenças e peculiaridades de cada texto literário, esperamos ter conseguido tratar as questões de dependência, vividas por duas heroínas, Fanny e Helena. Apesar de existir uma aproximação temática, vimos que cada trabalho ficcional possui marcas sociais as quais estão sendo simbolicamente representadas. Em *Mansfield Park*, procuramos demarcar a ascensão em torno dos poderes alcançados pouco a pouco por personagens burgueses, cuja promoção nesse texto literário pode ser vista a partir da

política do livre comércio em território inglês. Abrimos a discussão ao articular duas vertentes ideológicas com as quais a protagonista inglesa compartilha a fim de se tornar um modelo dentro do século XIX, a saber, a combinação entre os ideais religiosos (modelos de conduta), e a noção de iluminação do indivíduo por meio da busca por conhecimento.

Apresentamos, em contrapartida, como as marcas sociais, articuladas por Machado de Assis, dão ao romance *Helena* as medidas de um país o qual mascara, por meio do ideário católico e a dignidade pessoal, o real conflito entre homens livres, cuja independência não acontece, por não haver meios sociais, políticos e econômicos que garantam a sua separação dos senhores, cuja riqueza se encontra concentrada em suas mãos, graças ao trabalho escravo e a posse de grandes montantes de terras. As simbologias literárias ali colocam a protagonista em necessidade constante da busca da concessão dos poderosos familiares.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Nancy. *Desire and domestic fiction: a political history of the novel*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*, vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Tradução: Adriana Sales Zardini. São Paulo: Landmark, 2009.

BUTLER, Marilyn. *Jane Austen and the war of ideas*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

BYRNE, Paula. Manners. In: TODD, J. (ed.). *Jane Austen in context*. 4. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2010. p. 297-305.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Emília.Viotti da. *A Concepção do amor e a idealização da mulher no romantismo*. Revista *Alfa*, Marília, v.4 p.29-56, 1963.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Hucitec, 2007.

VASCONCELOS, Sandra Gardini Teixeira. O Gume da ironia em Machado de Assis e Jane Austen Revista *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro V.7, n.14, p.145-162, dezembro 2014.

Recebido em: 27/04/2024

Aceito em: 03/02/2025

Camila Cano Caporale: Doutora e Mestre em Estudos literários pelo Programa de Pós-graduação em Literatura da Universidade Federal de São Carlos (PPGLit). Possui interesse por questões relacionadas ao estudo literário, inglês dos séculos XVIII e XIX especialmente, os estudos relacionados a autora Jane Austen e todo o cenário feminino pertencente ao período em questão. Possui graduação em letras-inglês pela Universidade Metodista de Piracicaba (2010). Participou, do programa de intercâmbio, (Universidade Metodista de Piracicaba / Marietta College) como aluna selecionada, (bolsista) cursando semestre acadêmico nesta Universidade norte-americana, também em 2010. Possui experiência na área de Letras, com ênfase em ensino de língua inglesa (EFL) e suas respectivas literaturas.